

1. Informações sobre a rotulagem das marcas de café analisadas

MARCA	Lote	Fabricação	Validade
3 CORAÇÕES	L: 40MG37	Não informa	5/10/2019
ARO	L:0768031109	Não informa	7/5/2019
BOM DIA	10/4 10:10	Não informa	30/03/19
BOM JESUS	L: V070818 1 T2 F1 BS	Não informa	9/5/2019
CABOCLO	L: JA078 3631 2	Não informa	3/3/2019
CAFÉ BRASILEIRO	L: 0761131017	Não informa	14/04/19
CAFÉ PELÉ	L: JA078 4433 1	Não informa	28/04/19
CANAAN	L: 00905M41	10/9/2018	9/5/2019
CANECÃO	L: 211102	Não informa	20/05/19
CAPITAL	L: 103	Não informa	5/3/2019
CARREFOUR	10/3 08:03	Não informa	30/09/19
DIPLOMATA	L: 0834 35	25/10/18	25/04/19
GIRO	L: 51	21/08/18	19/02/19
JARDIM	L: 140181	Não informa	2/4/2019
MARATÁ	L: 227SE06:35	Não informa	15/05/19
MELITTA	L: A 130918 4 T3 S2 TR	13/09/18	15/06/19
MOKA	L: JA078 3762 1	Não informa	13/03/19
PILÃO	L: LPM 028 4022 2	Não informa	29/05/19
PIMPINELA	L: 44MG38	Não informa	3/11/2019
QUALITÁ	L: 0764661029 B	Não informa	26/04/19

2. Legislações utilizadas para realização do teste:

ANVISA, Resolução RDC nº 277 de 22 de setembro de 2005: Aprova o Regulamento Técnico para Café, Cevada, Chá, Erva-mate e Produtos Solúveis.

ANVISA, Resolução RDC nº 259 de 20 de setembro de 2002: Aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados.

ANVISA, Resolução RDC nº 360 de 23 de dezembro de 2003: Aprova o Regulamento Técnico sobre rotulagem nutricional de alimentos embalados, tornando obrigatória a rotulagem nutricional.

ANVISA, Resolução RDC nº 12 de 02 de janeiro de 2001: Aprova o Regulamento Técnico que estabelece os requisitos mínimos para avaliação de matérias estranhas macroscópicas e microscópicas em alimentos e bebidas e seus limites de tolerância.

ANVISA, Resolução RDC nº 14 de 28 de março de 2014: Aprova o Regulamento Técnico que estabelece os requisitos mínimos para avaliação de matérias estranhas macroscópicas e microscópicas em alimentos e bebidas e seus limites de tolerância.

ANVISA, Resolução RDC nº 07 de 18 de fevereiro de 2011: Aprova o Regulamento Técnico sobre limites máximos tolerados (LMT) para micotoxinas em alimentos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990: Código de Proteção e Defesa do Consumidor.